



# Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 12, n. 143, nov. 2013

## Doutrina

### Artigos

- ◆ A necessidade de dar eficácia ao Controle Interno do Município  
*Flavio Corrêa de Toledo Jr.*
  
- ◆ O sistema de registro de preços no regime diferenciado das contratações públicas (RDC) – Pressupostos, vantagens e preconceitos  
*Jessé Torres Pereira Junior; Marinês Restelatto Dotti*
  
- ◆ A necessidade de o profissional técnico responsável pela empresa licitante ser pertencente ao quadro permanente da empresa para qualificação técnico-profissional nos certames licitatórios  
*Ricardo Ribas da Costa Berloff*

## Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Adesão em ata e prazo de vigência
- ◆ Aplicação de sanção contratual após o término da vigência do contrato

## Jurisprudência Seleccionada

### Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Contrato – Anulação – Vício imputável à Administração Pública – Boa-fé da contratante – Serviços executados e devidamente medidos – Pagamento – Princípio da moralidade administrativa e da vedação do enriquecimento sem causa – Art. 49, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 2.300/86.  
Recurso Especial nº 1.306.350/SP
  
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
Processual Civil e Administrativo – Improbidade administrativa – Fraude à licitação – Pregão realizado na véspera do início do evento – Subcontratação de outra empresa para prestação do serviço.  
Apelação Cível nº 2005.39.01.001622-5/PA
  
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**  
Administrativo – Licitação – Caução – Contrato verbal – Administração Pública – Nulidade – Lei nº 8.666/93.  
Apelação/Reexame Necessário nº 427933

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**  
Ação civil pública – TV educativa sem finalidade lucrativa – Dispensa de licitação – Possibilidade.  
Apelação Cível nº 0001128-53.2007.4.03.6123/SP
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**  
Administrativo – Transporte rodoviário de passageiros – Inexistência de direito à prorrogação de permissão sem licitação.  
Embargos Infringentes nº 2006.70.00.002121-4/PR

#### **Consultas - Tribunais de Contas**

- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**  
Consulta – Prefeitura Municipal – Convênio não previsto na Lei Orçamentária Anual – Recursos repassados – Destinação específica – Classificação como excesso de arrecadação – Utilização como fonte de abertura de créditos adicionais – Necessidade de prévia autorização legislativa e abertura por decreto executivo – SIACE/PCA – Art. 8º c/c art. 50, inciso I, da LC nº 101/2000.  
Processo nº 837679/2013
- ◆ **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás**  
Consulta – Levantamento inicial de preços em procedimentos de contratação – Pesquisa em fontes que não sejam empresas do ramo de fornecimento dos bens e/ou serviços pretendidos – Possibilidade.  
Processo nº 13115/2013

#### **Ementário**

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

#### **Tendências Jurisprudenciais**

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Convênio
- ◆ Entes Parceiros
- ◆ Licitação

#### **Legislação Comentada**

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 45)  
*Antônio Flávio de Oliveira*

#### **Legislação**

- ◆ Informativo de Legislação